

ARTIGO

A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares

The contemporany and her impact in the family relations

Michelle Villaça Lino

RESUMO

Nas últimas décadas, várias mudanças ocorridas no plano socioeconômico - cultural pautadas no processo de globalização da economia capitalista, vêm interferindo na dinâmica, na organização e na estrutura familiar contemporânea. Nesse sentido e tendo como base o contexto sócio-histórico em que essa família foi concebida é possível dizer que no mundo contemporâneo a família passou a se constituir sob a ótica do 'mercado' e do 'consumo'. Nesse contexto o presente estudo tem como objetivo refletir acerca do impacto da contemporaneidade nas relações familiares tendo como base as várias mudanças sócio-econômicas provenientes do advento do capitalismo. Para isso propõe uma análise crítica da construção sócio-histórica da família a partir de autores como Áries, Debord, Sennett e outros.

Palavras-chaves: família; contemporaneidade; globalização; falta.

ABSTRACT

In the last decade various moves occur in the plane social, economic and cultural due to economic global interfere in the dynamics, in the organization and in the family structure. In that perspective and with base in the social and historic context where family was conceived is possible say than in the contemporary world the family if form toward 'market' and 'consumption'. In that context the object of the study is think about of the impact of the contemporary in the family relations due to various movies social and economic product of the capitalism advent. So have proposition review analyze of the social and historic construction of the family by authors as Aries, Debord, Sennett and others.

Keywords: family; contemporary; globalization; lack.

O presente trabalho tem como propósito repensar as transformações e o processo de construção da família – considerada principal responsável pelo desenvolvimento da infância e da adolescência – frente à sociedade contemporânea bem como oferecer uma reflexão crítica sobre as relações familiares.

Desde as últimas décadas se vive mudanças sociais importantes nos diversos contextos sociais: vive-se o regime de acumulação de capital flexível; vive-se a globalização em suas dimensões sócio-econômicas, culturais e tecnológicos. Tudo isso atrelado à fluidez, à novidade, ao efêmero e ao fugido passam a ser valorizados e a fazer parte das práticas que se constituem na contemporaneidade.

Tendo como base o mundo de hoje é possível dizer que mudanças avassaladoras e profundas de valores, de comportamentos e de identidades vêm acontecendo. Desta forma as modificações ocorridas ao longo do tempo possibilitaram o desencadeamento, na contemporaneidade, de novos tipos de relacionamentos muito mais efêmeros, frágeis e superficiais.

Nessa perspectiva a complexidade da dinâmica familiar traduz-se de forma inquestionável na maneira com que seus membros interagem. Com todo esse aparato de diversidade, o amor, o afeto, enfim, os sentimentos passam a ser também um desafio tendo em vista que aprender a respeitar e a entender as diferenças, aprender a educar os filhos, dentro de suas limitações e dificuldades é algo que exige um esforço cada vez maior por parte de todos os membros da família contemporânea. Por tudo isso os novos arranjos familiares trazem consigo novos processos de adaptação.

Verifica-se, com isso, que no âmbito dessa família estão se constituindo novas relações, com o relaxamento do comportamento dos cônjuges, o deslocamento da importância do grupo familiar para a importância de seus membros, a idéia de que o “amor” constitui uma condição para a permanência da conjugalidade e a substituição de uma educação conservadora, modeladora e corretiva das crianças, por uma prática pedagógica de negociação. Vê-se, com tudo isso, a ‘plasticidade’ que incide nestas novas relações sociais e familiares e que permeiam esta nova realidade.

Partindo desse conteúdo analítico, o presente estudo almeja propor uma breve reflexão, acerca do impacto das transformações socioeconômicas e culturais, sobre a família, tendo como base as mudanças proporcionadas principalmente pós-advento do capitalismo.

A família frente ao mal-estar contemporâneo

Em se tratando da família, Costa (2005) nos fala que esta a fim de cumprir as exigências sociais passou a operar duplamente como formadora de cidadãos iguais, mas por meio de pessoas desiguais e formar sujeitos realizados, por meio de consciências infelizes. A dignidade da mesma constituiu-se por meio de alicerces precários que possibilitaram o desencadeamento do mal-estar contemporâneo.

Já para Birman (1999), esse mal-estar se justifica pela nossa vivência em mundo perturbado e conturbado diante do qual nossos instrumentos interiores interpretativos ficam bem aquém da agudeza e da rapidez dos acontecimentos.

Partindo do conceito atual denominado por Debord (1967) de ‘sociedade do espetáculo’, verifica-se, hoje, uma diminuição do espaço para reflexão sobre si, sobre os outros e sobre o mundo, mas sim o que rege a cultura do nosso tempo é o consumo desenfreado, o individualismo e a busca pelo bem-estar a curto prazo. Para o autor: “O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade indiscutível, pois seus meios são ao mesmo tempo seus fins e sua justificativa é tautológica: “O que aparece é bom, e o que é bom aparece”. Nesse monopólio da aparência, tudo o que fica do lado de fora simplesmente não é” (1967, apud SIBÍLIA, 2008, p. 112).

De acordo com Sibília (2008):

Nesta cultura das aparências, do espetáculo e da visibilidade, já não parece mais haver motivos para mergulhar naquelas sondagens em busca dos sentidos abissais perdidos dentro de si mesmo. Em lugar disso, tendências exibicionistas e performáticas alimentam a procura de um efeito: o reconhecimento nos olhos alheios e, sobretudo, o cobiçado troféu de ser visto. Cada vez mais, é preciso aparecer para ser. Pois tudo aquilo que permanece oculto, fora do campo da visibilidade – seja dentro de si, trancado no lar ou no interior do quarto próprio – corre o triste risco de não ser interceptado por olho algum. E, de acordo com as premissas básicas da sociedade do espetáculo e da moral da visibilidade, se ninguém vê alguma coisa é bem provável que essa coisa não exista (p.111).

Presencia-se, assim, uma contemporaneidade marcada pela cultura do narcisismo (LASCH, 1984) e da efemeridade. Inserido nesse contexto de exacerbação de si e de desvalorização do ‘Outro’ é que se pode melhor compreender a liquidez e a fragilidade dos laços sociais.

Como cita Birman (1999): “Os destinos do desejo assumem, pois, uma direção marcadamente exibicionista e autocentrada, na qual o horizonte intersubjetivo se encontra esvaziado e desinvestido das trocas inter-humanas” (p. 24).

Entretanto, se de um lado nos é concedida certa liberdade de escolha, do outro o ser humano é marcado pela ‘falta’. O ‘Outro’ cede lugar a vários ‘Outros’ cuja função primária não se traduz como responsável pelo desenvolvimento. Tendo em vista que, para se desenvolver, o ser humano necessita do ‘Outro’ é que se pode compreender o paradoxo no qual a Contemporaneidade firma sua existência.

Ainda para o referido autor, a fragmentação da subjetividade trouxe como reação o autocentramento do sujeito no ‘eu’, porém, de uma forma diferente do individualismo moderno. Pois, enquanto a subjetividade moderna constitui-se no duplo registro

da interioridade e da reflexão sobre si mesmo, a subjetividade contemporânea sustenta o paradoxo de um autocentramento voltado para a exterioridade, em que a dimensão estética, dada pelo olhar do 'Outro', ganha destaque (BIRMAN, 1999).

Com tantas transformações e sendo esta a cultura do 'espetáculo' caracterizada pela atuação performática do sujeito frente ao 'Outro' – objeto que lhe possibilita o gozo – e, também, sendo esta uma sociedade narcísica é que é possível dizer que se vive hoje a cultura do fugaz, do efêmero, dos valores superficiais e não mais centrado nas normas sociais. Tais mudanças tendem a justificar as novas relações dentro da família.

Nessa perspectiva paradoxal a família pode ser entendida como marco fundamental das relações sociais primárias, como célula fundamental na formação e no desenvolvimento do ser humano e ao mesmo tempo como responsável por disseminar a neurose.

Segundo Alencar (1985) cabe à família – por meio de sua força modeladora garantir aos seus membros a socialização através da transmissão de valores, crenças e costumes sociais. Sendo assim, atribui-se a ela, também, a responsabilidade por possibilitar a união dos seus membros baseada no amor e no afeto.

O amor e seu lugar na família e na contemporaneidade

É inegável a importância da história para a concepção do amor. Na Antiguidade a experiência amorosa possuía um lugar marginal na vida de indivíduos e grupos. Entretanto, foi a partir do Renascimento – com a valorização do homem (antropocentrismo) e do prazer (hedonismo) – que ocorreu uma mudança na maneira de se conceber o amor e o afeto. Assim, pode-se dizer que o que se convencionou chamar de amor moderno serviu para indicar a integração entre o desejo e o prazer do homem na ordem social (LÁZARO, 1996).

É importante lembrar também que as transformações porque passa a sociedade ocidental – séculos XVII e XVIII – tendem a desorganizar / (re)organizar os modelos sociais. Assim, o advento da burguesia acaba por fortalecer a célula familiar como unidade de afeto uma vez que acredita ser a família responsável por garantir aos membros um ambiente de ordem e estabilidade. Vê-se, com isso, não somente a privatização da família, mas também a oposição ao mundo que, por ser público, tornou-se instável (DONZELOT, 1986). Para Giddens (2002), as transformações sociais na modernidade, principalmente fomentadas pela chegada da industrialização e pela transformação do trabalho, vêm produzindo profundas modificações nas subjetividades e identidades dos sujeitos e nas interações estabelecidas nas suas relações sociais.

Para Phillippe Áries, essa nova preocupação para com a família fez com que esta assumisse uma nova função – para além do direito privado – de se responsabilizar pelo cuidado moral e espiritual de seus membros.

Segundo Áries (1981):

A família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito longe na sensibilidade (...). Essa nova preocupação fez com que a família deixasse de ser apenas uma instituição de direito privado e assumisse sua nova função moral e espiritual (formação de corpos e almas). O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos (Sentimento Moderno da Família) (p.193).

Com isso, verifica-se que a família aparece como instituição responsável pelos afetos, sentimentos e amor. Segundo Lázaro (1996): “As frustrações afetivas decorrentes da inserção dos indivíduos numa rede de interdependência mais complexa e diferenciada podem auxiliar na compreensão da fragilização dos laços sociais”(p.161).

Com base nessa conceituação e também nas mudanças que ocorreram nos relacionamentos amorosos é possível dizer que o ser humano está cada vez mais à procura ‘de’, alterando, por vezes, a maneira de lidar, não somente com sua forma de se relacionar, mas também com o modo de conceber a felicidade, o prazer e a si mesmo.

Do individualismo à sociedade do desamparo: algumas reflexões

Numa perspectiva sócio-histórica e cultural, a família ocidental presenciou grandes mudanças no que se refere ao seu processo de individualização, principalmente ao longo da segunda metade do século XX até os dias atuais: diminuição da durabilidade dos casamentos e das famílias numerosas; aumento do número de divórcios e de recasamentos; regularização da união estável (antes chamado ‘Concubinato’); surgimento dos mais variados modelos de famílias – monoparentais, nucleares, unipessoais, homoparentais, recompostas, dentre outros.

Atualmente, o elemento central que regulamenta as famílias é o espaço privado sempre a serviço de seus membros. Segundo a visão psicanalítica, o grupo familiar detém uma função estruturante no psiquismo do ser humano. Para Freud (1929/1994), a inserção do indivíduo no social somente é possível por meio do Complexo de Édipo e do Complexo de Castração.

Além disso, e tendo como base a cultura ocidental, Lacan (2002) acredita que esta introduz uma nova dimensão na realidade social e na vida psíquica e é essa dimensão que vai especificar a família humana bem como os fenômenos sociais. Além disso, cabe à família o papel primordial na transmissão da cultura

(repressão de instintos e aquisição da língua). Para Lacan, a família moderna aparece como uma contradição da instituição familiar e mostra uma estrutura complexa, uma vez que perpassa por complexos cujos papéis são de organizadores no desenvolvimento psíquico: complexo do Desmame – representa a forma primordial da imago paterna, pois funda os sentimentos mais arcaicos e estáveis que unem o indivíduo à família; complexo de Intrusão – reconhecimento dos irmãos permeados pela identificação mental – ciúme infantil; e, o complexo de Édipo.

Entretanto, o sujeito é uma realidade psíquica – histórico-cultural – que não pode ser pensado independente de sua realidade subjetiva e de suas causas sociais. A (re)estruturação das sensibilidades e dos julgamentos no campo afetivo é deveras complexa, posto que é nela que se ancora a estabilidade das identidades pessoais.

Nessa perspectiva o sujeito contemporâneo – liberado da força normativa das instituições familiares, religiosas e trabalhistas – vê-se levado a apoiar-se de forma narcísica e hedonista. Este mesmo sujeito está sempre à procura daquilo que lhe ‘falta’, já que seu comportamento é estimulado pelo neoliberalismo econômico. Assim, faz da regrada felicidade a chave mestra dos ideais formadores de sua identidade ou ‘identidades’.

Essas identidades - narcísicas e hedonistas - do sujeito da atualidade fizeram com que este se torna-se indiferente ou pouco sensível em relação aos outros e aos projetos pessoais duradouros. Daí a noção de efemeridade e de superficialidade nas relações. Segundo Dufour (2005), o indivíduo pós-moderno é sujeito sozinho, mas livre. Este, quando bem sucedido tende a sentir-se onipotente e quando isso não ocorre percebe-se impotente e envergonhado, ou seja, imergido em sua intolerância narcísica à frustração. Não há sentimento de culpa e nem de ‘Outro’ simbólico, isto significa dizer que na contemporaneidade, nem pai, nem padre, nem médico funcionam como autoridade simbolicamente legítima para corrigir, ratificar ou regular os rumos tomados pelas práticas individuais. Nela o sujeito é órfão do ‘Outro’.

Sendo assim, o homem contemporâneo, para o mesmo autor, não compartilha os valores simbólicos da Modernidade – identidade, reconhecimento e filiação. Na sociedade atual, os homens são solicitados a se livrarem de todas as sobrecargas simbólicas que garantiriam suas trocas e, com isso, passa a ser o “Mercado”, responsável por prover, de forma perversa, novos ‘Kits Identitários’ e de ‘Identificação’ (DUFOUR, 2005).

Entretanto, o ‘Mercado’ não pode funcionar como o ‘Outro’ porque não remete à transversalidade das relações e nem à origem que a funda. É horizontal e determina que tudo deve ser posto em rede – não há idéia de um terceiro, primordial para a constituição psíquica dos sujeitos. O capitalismo, para Dufour (2005), com a dessimbolização, não conduz apenas à perversão, mas à psicotização, já que não visa prover formas de amparar os sujeitos, mas sim torná-los órfãos, abandonados, desamparados uma vez que, diante da negação da diferença geracional (ter nascido na geração precedente) e da

diferença sexual (ter nascido feminino ou masculino), o sujeito deve responder ao impossível: fundar-se sozinho.

Outro autor que vai tratar das mudanças econômicas que tendem a moldar valores sociais e pessoais é Richard Sennett. Segundo este autor, a fragmentação das grandes instituições deixa um estado fragmentário na vida dos indivíduos. Assim, o desafio do sujeito contemporâneo é lidar com o tempo – relação de curto prazo – e sua instabilidade – única constante do capitalismo; com o talento (meritocracia) e com a política do consumo (necessidade associada à paixão consumptiva) (SENNETT, 2006).

Tudo isso tende a refletir diretamente sobre a família que, por ser responsável por repassar valores e socializar seus membros, vai se descobrir também impotente, saudosa e, apesar de cobrada, com pouquíssima autoridade sobre seus membros.

Hoje é possível dizer que, com a variedade disponibilizada pelo Mercado, a falta que se estabeleceu circula sobre aquilo que nunca se teve, mas sempre se desejou e é sobre essa nova concepção de sujeito, família e sociedade que se deve refletir.

Reflexões acerca da Família Contemporânea

Derivada do latim a família (*famulus*) caracterizava-se como um conjunto de domésticos, servidores, escravos, comitiva, cortejo (HOUAISS, 2001).

Segundo Áries (1981), na Idade Média, o sentimento de linhagem era a única concepção particular de família. Este sentimento determinava que a extensão de sua solidariedade abrangesse a todos os descendentes de um mesmo ancestral – apoiada na indivisão do patrimônio independente da coabitação e da intimidade.

O autor revela também que somente no século XVII se começou a falar da fragilidade e da debilidade da criança – concepção moral da infância – que culminou no sentimento de infância – onde a criança passou a ter lugar central no seio da família – e, no sentimento de família, através da preocupação com a educação, a higiene e a saúde física de seus membros. Assim, ao contrário do sentimento de linhagem, o sentimento de família vai ligar-se à casa, ao governo e à vida dentro desta permeada pela construção e pela valorização da ‘intimidade do lar’.

Esta nova noção de família visa torná-la responsável pela socialização e pela transmissão de valores, de crenças e de costumes aos seus integrantes (ALENCAR, 1985). No entanto, a história da família não segue uma lógica linear, mas descontínua, haja vista o registro dos diversos modelos familiares. A família vai ser a concretização de uma forma de viver os fatos básicos da vida por meio de sua estrutura universal que tende a ser a base das relações humanas através das quais ocorrem a formação inicial dos vínculos.

Segundo Carvalho (1995), o fundamental da família não está na natureza social; uma vez que as famílias se constituem como aliança entre grupos.

Esses reposicionamentos sociais e essas redefinições de papéis juntamente com as mudanças provenientes do advento do uso da pílula anticoncepcional, da redefinição do casamento, da regularização do divórcio, dentre outras transformações foram profundas e passaram a integrar a nova paisagem social.

Segundo Bauman (1998), a marca da contemporaneidade é a vontade de liberdade e esta tende a acompanhar a velocidade das mudanças econômicas, tecnológicas, culturais e do cotidiano.

Já Sarti (1995) aponta que, no mundo contemporâneo, a família deixou de ser 'unidade de produção' para assumir o papel de 'unidade de consumo' proveniente, principalmente, pela perda do sentido da tradição. Por conta disso, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho antes vividos por meio de papéis pré-estabelecidos passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade prevalece e adquire cada vez mais importância social e implicações nas relações familiares.

Assim, o caráter relacional da família corresponde à lógica de sua própria construção.

De acordo com Osterne (2001):

Alguns fatores importantes contribuíram no processo histórico para as mudanças na estruturação da família: As relações de mercado e a crescente industrialização que modificaram, lenta, mas radicalmente, o status social da família; A ascensão do capitalismo que determinou a união da família a fim de se vencer as controvérsias da vida e, ao mesmo tempo, enfraqueceu como grupo extenso, incapaz de subsistir aos ambiente de proletarianização (p.53).

Dessa forma, não se pode falar de família, mas de "famílias" a fim de se contemplar a diversidade de relações que convivem na sociedade. No imaginário social a família compreende laços de consangüinidade, dependência econômica e/ou afetiva. Entretanto, há dificuldade de se definir família uma vez que depende do contexto sociocultural em que a mesma esta inserida.

Assim, a família é não somente uma instituição de origem biológica – encarregada de transformar um organismo biológico em ser humano –, mas também uma construção social, um espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e de proteção integral dos filhos e de seus demais membros independente do arranjo familiar ou da forma como se estruturam. Conforme Alencar (1985) cabe a família possibilitar a socialização e a transmissão de valores, crenças e costumes da sociedade da qual está inserida para todos os seus membros.

Já Ariès (1981) aponta para o que se convencionou chamar de “sentimento de família” tendo em vista a formação da mesma por meio do entrelaçamento de emoções; das ações pessoais, familiares e culturais formando o mundo familiar – espaço único para cada família, mas circular para a sociedade e para as interações com o meio social. Trata-se, em verdade, da *célula mater* da sociedade, do seu núcleo inicial, básico e regular.

Ou seja, conforme Amaral (2001), a família contemporânea fez emergir necessidades de intimidade e de identidade entre seus membros possibilitados pela união por meio de sentimentos, de costumes e de gênero da vida.

De acordo com Sarti (1995), a família não se resume somente a um forte elo afetivo, mas ao próprio substrato de sua identidade social e simbólico que a estrutura e a justifica no mundo.

É sabido, também, que cada pessoa tem sua própria representação da família real e da família sonhada, da sua própria família e da família do outro. Entretanto, a família não se traduz como algo concreto, mas sim como algo construído a partir de elementos da realidade. De acordo com Petrini (2003), a família encontra novas formas de estruturação que, de alguma forma, a reconstituem sendo reconhecida como estrutura básica e permanente da experiência humana.

Por tudo o que fora exposto até o momento é possível crer que se vive, na contemporaneidade, mudanças sociais importantes em diferentes níveis. Nesse contexto presencia-se, por meio do regime da acumulação de capital flexível que possibilita a emergência e a parceria com a atual globalização que produz implicações no ocidente, a acumulação flexível que passa a valorizar o efêmero, o fugido, a novidade e a fluidez das relações e que proporciona a instabilidade e a fragilidade das relações afetivas e familiares.

Considerações Finais

Na família se dão os fatos básicos da vida: o nascimento, a união entre os sexos, a morte. No entanto, a história da família não é linear, mas descontínua haja vista o registro de padrões familiares distintos com suas diversas explicações como alternativa do modelo familiar.

Nesse sentido, a família atual vai ser a concretização de uma forma de se viver os fatos básicos da vida; ela se relaciona, mas não se confunde exclusivamente com o parentesco – relação de consangüinidade, dependência ou afinidade. Assim e por ser considerada como estrutura universal uma vez que existe em todas as sociedades traduz-se como grupo social responsável pela realização e pela manutenção dos vínculos.

No mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a ‘fragilização’ e/ou ‘perda’ do sentido de tradição.

Nessa perspectiva, a família contemporânea, considerada como ‘micro’ unidade de consumo e de subsistência reflete o sentimento de se estar vivendo

em um mundo incerto, incontrolável e assustador, algo diferenciado da segurança projetada em torno de uma vida social estável. Vive-se, com isso, a lógica da satisfação instantânea e a cultura da sociedade de consumo desenfreado, do individualismo, do esquecimento e da inquietação. Essas mudanças de comportamento e de regras construídas e reproduzidas através das relações sociais tendem a repercutir diretamente sobre a família que em sua 'primogenitura', no que se refere às relações sociais, sente o impacto de suas imposições narcísicas.

Por tudo isso se faz mister (re)pensar a família contemporânea considerando-se não somente a sua base de construção sócio-histórica como também a sua singularidade imbuída numa sociedade movida não pelo 'desejo', mas pela 'falta', pela necessidade cada vez mais perversa e 'ditadora' do Mercado e pela urgência de reconhecimento por aquilo que se tem e não pelo que se é. Entretanto, cabe ainda uma difícil tarefa uma vez que, na contemporaneidade, não há espaços para reflexões, talvez pequeninas 'brechas' ou 'lacunas' que devem ser considerados e analisados com elevado grau de importância.

E é por tudo isso que ainda é preciso e plausível acreditar que a modificação no 'pensar' e no 'olhar' de forma singular as famílias é o que possibilitará uma mudança na forma de se considerar as práticas que permeiam suas relações. Reconhecer e aprender a contextualizar as mudanças provenientes da contemporaneidade e seu impacto sobre as famílias se faz necessário no sentido de poder melhor acolher sua demanda e contribuir para que estas visualizem suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E.M.L.S. **A criança na família e na sociedade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AMARAL, C.C.G. **Famílias às avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes**. Fortaleza: Ed. UFC, 2001.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Floksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC ed, 1981, p.193.

BAUMAN, Z. **O mal-estar na modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.15-26.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995.

COSTA, J.F. **Família e dignidade humana**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DA FAMÍLIA, Belo Horizonte, 2005.

DEBORD, G. **A sociedade de espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1967.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de ALBUQUERQUE, J.A.G. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DUFOUR, D.R. **A arte de reduzir cabeças**: sobre a servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

FREUD, S. [1929] **O mal-estar na civilização**. In FREUD, S. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S.; FRANCO, F.M.M. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LACAN, J. **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1984.

LÁZARO, A. **Amor do mito ao mercado**. Petrópolis: Vozes, 1996, p.150-161.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, pobreza e gênero: O lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EDUECE, 2001, p.51-55.

PETRINI, J.C. **Pós-modernidade e família**. Bauru: Ed. EDUSC, 2003.

SARTI, C.A. **Família e individualidade**: um problema moderno. In: CARVALHO, M.C.B (Org). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC Cortez, 1995.

SENNETT, R. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIBÍLIA, P. **O show do eu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 89-112.

Endereço para correspondência:

Michelle Villaça Lino

E-mail: mvlino@yahoo.com.br

Recebido em: 22/ 01/2009

Aprovado em: 17/ 03 /2009